



# Certificado

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS  
inscrita(o) no CNPJ Nº 13.824.560/0001-02, está certificada(o) como Entidade Beneficente  
de Assistência Social na área da Saúde e, como tal, presta serviços ao Sistema Único de  
Saúde - SUS.

Brasília-DF, 09 de Julho de 2012

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR  
SECRETÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA  
MINISTRO DA SAÚDE

\* Conforme Portaria SAS/MS Nº 0730, publicada no DOU em 31 de outubro de 2011





Ministério da Saúde  
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde  
Departamento de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social em Saúde

## DECLARAÇÃO

Processo nº 25000.178533/2023-21

Interessado: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS - INSV -  
INSTITUTO DE SAUDE NOSSA SENHORA DA VITORIA/BA

Entidade: Santa Casa de Misericórdia de Oliveira dos Campinhos INSV - Instituto de Saúde Nossa Senhora da Vitória

CNPJ nº 13.824.560/0001-02

Rua Sebastião Dias, s/nº

CEP 44.200-000 – Santo Amaro/BA

Em atenção à solicitação contida no e-mail, de 27/11/2023, SEI nº 25000.178533/2023-21, acerca do andamento do requerimento de renovação de Certificação de Entidade Benéfica de Assistência Social – CEBAS – relativo à Santa Casa de Misericórdia de Oliveira dos Campinhos INSV - Instituto de Saúde Nossa Senhora da Vitória, inscrita no CNPJ nº 13.824.560/0001-02, temos a informar que consultando o nosso Sistema de Certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social – SISCEBAS verificamos que a aludida Entidade, teve o seu Certificado **deferido sub judice** (SEI nº 25000.131115/2012-18 - considerando a decisão proferida pelo Mandado de Segurança nº 28192 - DF (2021/0356391-8), que determinou o cumprimento da decisão judicial para que seja deferido o processo de Renovação do CEBAS) conforme Portaria SAES/MS nº 862, de 11/10/2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 19/10/2023, com validade de **01/01/2013 a 31/12/2015**.

Ademais, em cumprimento ao que dispõe § 1º do Artigo 24, da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, na qual prevê que “§ 1º Ser considerado tempestivo o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de validade do certificado”, informamos que a entidade protocolou em 09/12/2015, **tempestivamente**, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.201727/2015-28, o qual se encontra aguardando manifestação do Ministério da Educação – MEC.

Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no § 2º, do artigo 24, da Lei 12.101/2009, ao estabelecer que “§ 2º a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”.

Ainda em relação à condição de tempestividade da entidade, cumpre-nos citar o disposto no § 3º do artigo 8º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, ao dispor que:

“8º O protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova da certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se aos requerimentos de renovação da certificação redistribuídos nos termos do art. 35 da Lei nº 12.101, de 2009, assegurado às entidades interessadas o fornecimento de cópias dos protocolos.

§ 2º O disposto no *caput* não se aplica aos requerimentos de renovação da certificação protocolados fora do prazo legal ou com certificação anterior tornada sem efeito por qualquer motivo.

§ 3º A validade e a tempestividade do protocolo serão confirmadas pelo interessado mediante consulta da tramitação processual do requerimento na página do Ministério certificador na internet ou, na impossibilidade, por certidão expedida pelo Ministério certificador.”

Informamos ainda que a entidade possui outro processo em curso no Departamento, registrado pelo SEI nº 25000.157650/2023-51, protocolado em 19/10/2023, o qual se encontra sobrestado aguardando decisão final do processo anterior.

É importante frisar, que a Receita Federal do Brasil, por meio da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17/10/2022, que dispõe, em seu artigo 188:

*“Art. 188. Observado o disposto nos arts. 186 e 187, o direito à imunidade poderá ser exercido pela entidade beneficente de assistência social a partir do cumprimento dos requisitos previstos na legislação específica, independentemente de requerimento à RFB. (Lei nº 12.101, de 2009, art. 31; e STF, ADI nº 4.480/DF, de 2020)*

**§ 1º A imunidade das contribuições sociais previdenciárias usufruída pela entidade é extensiva às suas dependências e estabelecimentos**, e às obras de construção civil, quando por ela executadas e destinadas a uso próprio.

*§ 2º A imunidade de que trata este artigo não abrange empresa ou entidade com personalidade jurídica própria e mantida por entidade imune. (Lei nº 12.101, de 2009, art. 30; Lei Complementar nº 187, de 2021, art. 4º).”*

Isto posto, são estas as informações que nos cabe apresentar, ressaltando que para acompanhar o andamento do processo e para maiores esclarecimentos em relação à Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social em Saúde, sugerimos acessar <http://siscebas.saude.gov.br/siscebas/> link: “para acessar a visualização pública clique aqui”, pasta “documentos vinculados a esta entidade” e selecionar o protocolo SEI correspondente.

Para confirmar essas informações, sugerimos ligar para (61) 3315-6107 ou (61) 3315-7966.

**ADRIANA LUSTOSA ELOI VIEIRA**  
Diretora



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Lustosa Eloi Vieira, Diretor(a) do Departamento de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social em Saúde**, em 28/11/2023, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0037546300** e o código CRC **0B71150B**.

---

**Referência:** Processo nº 25000.178533/2023-21

SEI nº 0037546300

ANALÍTICO DE GPS

Segurado:	976.018,75
Segurado Aviso Prévio:	4.707,74
Empresa:	167.232,65
Empregados (BC: 0,00 P: 0,00%):	0,00
Empregados Aviso Prévio (BC: 0,00 P: 0,00%):	0,00
Contribuintes individuais (BC: 0,00 P: 0,00%):	0,00
Contribuintes individuais Aviso Prévio (BC: 0,00 P: 0,00%):	0,00
RAT (BC: 0,00 P: 2,0000%):	0,00
RAT Aviso Prévio(BC: 0,00 P: 2,0000%):	0,00
RAT (BC: 0,00 P: 0,0000%):	0,00
RAT Aviso Prévio(BC: 0,00 P: 0,0000%):	0,00
Valor pago a cooperativas de trabalho:	0,00
Acumulado competências anteriores:	0,00
Isenção filantropia:	167.232,65
Empregados/contribuintes individuais:	0,00
Empregados/contribuintes individuais Aviso Prévio:	0,00
RAT:	166.638,34
RAT Aviso Prévio:	594,31
Compensação:	76.898,25
Compensação DCOMP	0,00
Salário Família	12.757,49
Salário Maternidade	64.140,76
Retenções	0,00
Total a recolher Previdência Social:	1.071.060,89
Outras entidades (BC: 0,00 P: 0,00%):	0,00
Outras entidades Aviso Prévio(BC: 0,00 P: 0,00%):	0,00
Acumulado competências anteriores:	0,00
Total a recolher outras entidades:	0,00
Total a recolher:	903.828,24